



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

MARIA JOSÉ DA SILVA BERNARDO

A EDUCAÇÃO E PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO ENTRE
JOVENS SURDOS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB

MONTEIRO/PB
2014

MARIA JOSÉ DA SILVA BERNARDO

A EDUCAÇÃO E PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO ENTRE
JOVENS SURDOS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Letras- Habilitação em Língua Portuguesa, como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Letras, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Orientador: Prof.º Ms. Adelson da Silva Tavares

MONTEIRO/PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B518e Bernardo, Maria José da Silva.

A educação e processos de socialização entre jovens surdos do município de Sumé-PB [manuscrito] / Maria José da Silva Bernardo. - 2014.

44 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras-Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2014.

"Orientação: Prof. Me. Adeilson da Silva Tavares, Departamento de Letras".

1. Escola Bilíngue. 2. Surdos. 3. Desenvolvimento Social. 4. Inclusão. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

MARIA JOSÉ DA SILVA BERNARDO

A EDUCAÇÃO E PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO ENTRE
JOVENS SURDOS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ/PB

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em Letras com habilitação
em língua Portuguesa do Centro de Ciências
Humanas e Exatas da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito para obtenção do
título de Licenciado em Letras

Aprovada em 10 / 12 / 2014

Banca Examinadora

Adilson da Silva Tavares
Prof.º Ms. Adilson da Silva Tavares – Orientador

Paulo Vinícius Ávila Nóbrega
Prof.º Ms. Paulo Vinícius Ávila Nóbrega – Examinador

Edênia de Farias Souza
Prof.ª Ms. Edênia de Farias Souza – Examinadora

Aos amigos surdos sumeenses, que foram importantes na minha vida acadêmica, pois me ajudaram na construção deste trabalho,

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por permitir que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior meu maior mestre.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro.

Agradeço a todos os professores, aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos. Ao meu orientador Adeilson da Silva Tavares, pela sua disponibilidade e empenho dedicado à elaboração deste trabalho, serei eternamente grata.

Ao meu pai Antônio Bernardo (in memória) mesmo não se fazendo presente fisicamente é um exemplo de referência em minha vida.

A minha mãe: Maria Aparecida pelo apoio e compreensão em todos os momentos...Sei que um "obrigado" não é suficiente, mas fico grata por tanta dedicação.

Aos meus irmãos Alderivan Bernardo e Sueli Bernardo, que nos momentos importantes suportaram minha ausência e nos dias de fracasso respeitaram meus sentimentos.

Normando e o que dizer de você? Obrigado por ter sido sempre muito compreensivo, paciente e atento as minhas dificuldades, sempre me ajudando. Na parte da informática você sempre me socorrendo, quando os meus trabalhos desapareciam... kkkkk. Dona Luzia; Zé; Nalba e Ana quero compartilhar essa vitória com vocês pelo apoio incondicional de todos os dias na casa de vocês me oferecendo sempre o melhor.

Agradeço a todos que direto ou indiretamente fizeram parte de minha formação. Cheguei aqui porque vocês acreditaram no meu sucesso e caminharam ao meu lado.

'Deficiente' é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino [...]

Mário Quintana

RESUMO

Este trabalho investiga a educação e o processo de socialização entre alunos surdos da Escola Bilíngue Nossa Senhora da Conceição, localizada na cidade de Sumé/PB. Ainda demonstra a importância da educação especializada na vida pessoal e profissional dos alunos, bem como se busca compreender significados e desafios da educação na vida dos alunos surdos. A pesquisa se realiza conforme a abordagem qualitativa, utilizando a observação de campo. A coleta de dados se deu com um questionário por questões abertas, aplicado aos sujeitos investigados. Tomou-se como ponto de discussão para a análise da formação educacional dos jovens surdos desta escola os seguintes temas: escola, futuro, trabalho, imagem pessoal entre outros. Nesse sentido, observou-se que a escola lhes dá certa visibilidade social, entretanto, ainda permanece a marca da discriminação e estigmatização dos alunos surdos. A escola é o primeiro passo para todos os alunos no desenvolvimento cognitivo a partir da aquisição da língua brasileira de sinais (LIBRAS). Portanto, apesar de toda precariedade na educação de alunos surdos o espaço educacional bilíngue resgatou e construiu nos surdos sumeenses a própria identidade, a própria cultura que eles nunca tiveram dentro da comunidade ouvinte, pois sabemos que um surdo dentro de uma sala de aula sem conseguir se comunicar com colegas e professores não faz parte dessa comunidade.

Palavras-chave: Escola Bilíngue. Surdos. Desenvolvimento Social. Inclusão.

ABSTRACT

This work investigates the education and the process of socialization between deaf students of Bilingual School Our Lady of Conception, located in Sumé/ PB. Still shows the importance of specialized education in personal and professional lives of students as well as seeks to understand meanings and challenges of education in the lives of deaf students. The research is carried out at a qualitative approach, using field observations. The data collection was carried out with a questionnaire for open questions, applied to the subjects investigated. Was taken as a discussion point for the analysis of educational training of young deaf people of this school the following topics: school, future, work, personal image and others. In this sense, it was observed that the school gives them a certain social visibility, however, still remains the brand of discrimination and stigmatization of deaf students. The school is the first step for all students in cognitive development from the acquisition of Brazilian Sign Language (Libras). Therefore, for all precariousness deaf students education bilingual educational space rescued and built in some senses deaf their identity, the very culture that they never had in the hearing world because we know that a deaf within a classroom without being able to communicate with colleagues and teachers not part of this community.

Keywords: Bilingual School. Deaf. Social Development. Inclusion.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DE FORMAÇÃO TÉCNICA, SOCIAL E HUMANA.....	15
2.1 A educação no Brasil e sua aproximação ao campo da educação especial.....	19
2.2 A educação especial no País: o Bilinguismo, a Libras e o aluno surdo.....	20
3. LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS: são línguas diferentes.....	27
3.1 Relação professores ouvintes e alunos surdos: uma parceria que precisa dá certo.....	28
4. O SURDO COMO ALUNO DA ESCOLA ESPECIAL.....	31
5. METODOLOGIA APLICADA NA PESQUISA.....	35
6. ANÁLISE DOS DADOS.....	39
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXOS	

1. INTRODUÇÃO

O curso de licenciatura em letras com habilitação em língua portuguesa da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Centro de Ciências Humanas e Exatas (CCHE), Campus VI – Monteiro – PB nos proporcionou a oportunidade de cursar a disciplina de Libras, o que ajudou no desejo de enveredar pelo caminho da educação especial.

Ainda a escolha desse tema foi em entender que os surdos são tratados como incapazes de aprender, simplesmente, porque não ouvem. Por acreditar que será uma forma de compreender como se dá a inclusão da comunidade surda na sociedade, dispomo-nos a pesquisar sobre a comunidade de alunos surdos da Escola Bilíngue do Município de Sumé-PB.

O interesse por esse tema, também se baseia na experiência de contato diário com um sujeito considerado “deficiente auditivo”¹, e outra experiência marcante foi o contato em sala de aula com um surdo durante o estágio supervisionado em turma de 1º ano do Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Isso nos levou a perceber o quanto são especiais na maneira de ser, agir, ver e ouvir o mundo. Como lembra Gesser (2009),

[...] O surdo pode e desenvolve suas habilidades cognitivas e linguísticas (se não tiver outro impedimento) ao lhe ser assegurado o uso da língua de sinais em todos os âmbitos sociais em que transita. Não é a surdez que compromete o desenvolvimento do surdo, e sim a falta de acesso a uma língua. A ausência dela tem consequências gravíssimas: tornar o indivíduo solitário, além de comprometer o desenvolvimento de suas capacidades mentais. (GESSER, 2009, p.77)

A preparação de um seminário durante a disciplina sobre a obra de Karin Strobel (2008) “As imagens do outro sobre a cultura surda”, focando a apresentação em dois temas relevantes para a comunidade surda: artefato cultural familiar e o artefato cultural Literatura Surda, fizeram-nos compreender algumas das dificuldades enfrentadas pelos surdos nascidos em famílias ouvintes e em famílias surdas, e isso nos incentivou ainda mais a pesquisar sobre esses sujeitos.

Entre essas e outras experiências nos encantaram de tal forma que decidimos refletir sobre o espaço educacional Bilíngue na cidade de Sumé/PB.

A Democracia e o acesso à educação leva o aparecimento do surdo como sujeito de Direito. Com o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela

Lei 10.436 de 24/04/2002, regulamentada pelo Decreto 5.626 de 22/12/2005 como língua natural de expressão da comunidade surda, a Libras passou a assumir um papel linguístico essencial na vida dos surdos, garantindo o direito de comunicação e interação social, por isso a discussão sobre a inclusão dos surdos vem sendo ampliada nos últimos anos por profissionais, pesquisadores da área da educação e pela própria comunidade surda.

O processo de socialização dos surdos acontece através dos sinais que é o canal de comunicação usado por essa comunidade. A educação é um direito que ajuda no desenvolvimento do ser humano, através dela nos tornamos úteis para o convívio social. Quando pensamos em pessoas portadoras de necessidades especiais, imaginamos a inclusão restrita ao campo da educação, mas só isso não basta, é necessária uma educação que seja suficiente para formá-los cidadãos, ou seja, que esses sujeitos sejam inclusos em todos os campos sociais.

Para tratar esse tema, tivemos como objetivo geral compreender a educação e o processo de socialização entre alunos surdos da Escola Bilíngue Nossa Senhora da Conceição, localizada na cidade de Sumé/PB, bem como demonstrar a importância da educação especializada na vida pessoal e profissional desses alunos, buscando compreender os significados e desafios da educação na vida dos mesmos.

No primeiro capítulo vamos discorrer sobre a educação como processo de formação social e humana voltada para a escola bilíngue localizada na cidade de Sumé/PB, uma instituição que propõe a ser um diferencial na vida desses alunos transformando em um ser que interage com a sociedade.

No segundo capítulo compreenderemos a importância da língua de sinais como língua materna dessa comunidade, bem como no desenvolvimento do surdo como um ser social que necessita relacionar-se com outras pessoas e isso só é possível através da língua.

No terceiro capítulo trataremos do surdo inserido na escola regular e a importância da educação que atende as suas necessidades linguísticas e como a surdez é vista pela sociedade.

No capítulo seguinte apresentaremos a metodologia empregada na pesquisa, o perfil dos sujeitos surdos participantes, como também o espaço em que a pesquisa

¹ Termo utilizado nas diversas fontes bibliográficas, tais como: Gesser (2009); Strobel (2008); Quadros (1997); Dorziat (2011), entre outros autores.

foi realizada Escola Bilíngue para surdos “Nossa Senhora da Conceição”. Logo após trataremos da análise dos dados.

Por fim, nas considerações finais trataremos da importância e da necessidade da educação para a vida dos surdos.

2. A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DE FORMAÇÃO TÉCNICA, SOCIAL E HUMANA

A educação vem sendo cada vez mais questionada e desafiada frente aos novos paradigmas do mundo moderno. Numa sociedade marcada pelos avanços tecnológicos há uma necessidade de haver mudanças nos Estados, nos governos, nas instituições públicas e privadas para que nossas escolas, e os profissionais da educação tenham as condições necessárias de trabalho, bem como condições de ampliar o nosso conceito de educação, tornando-a mais próxima da realidade isso porque ainda acreditamos que a educação existe apenas na escola ou que a escola é o único lugar responsável pela educação.

No que se referema esse sentido de educação mais ampla Brandão (2007), expressa o nosso envolvimento com a mesma, quando afirma que ninguém escapa dela, seja em casa, na rua, na igreja ou na escola para aprender ou para ensinar todos nós que estamos envolvidos e, por isso ele diz que misturamos a vida com educação.

Para este autor, não há uma forma única nem tampouco um único modelo de educação, ou seja, a escola não é o único lugar onde a educação acontece e talvez nem seja o melhor, já que o ensino escolar não é a única prática de educação e o professor não é seu único praticante. Além disso, afirma que em mundos distintos, a educação existe de forma diversa: da família a comunidade, pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum àquilo que é comunitário, como bem, como trabalho ou como vida. Como também ela pode existir imposta, por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens.

Dentro desta perspectiva Brandão (idem) coloca que a educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e sempre se espera que a missão da educação seja de transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor. Sob esta visão o autor nos coloca que na prática a mesma educação que ensina pode deseducar ou fazer o contrário do que pensa que se faz.

Assim, a educação existe sob tantas formas e é praticada em situações tão diferentes que algumas vezes parece ser invisível, a não ser nos lugares onde pendura uma placa na porta com seu nome.

Outra maneira de se compreender o que é a educação seria procurar ver o que dizem sobre ela pessoas como legisladores, pedagogos, professores, estudantes entre outros. Pois, ao pretenderem estabelecer os fins da educação no país, nossos legisladores pelo menos em teoria, garantem para todos o melhor a esse respeito. De certo modo falam a respeito de uma educação idealizada ou do ponto de vista de uma ideologia, ou seja, para quem serve.

Se referindo à educação brasileira Brandão (idem) ainda destaca que a mesma é criticada diariamente por educadores e estudantes que levantam questões e afirmam que a educação nega no cotidiano o que apresenta na lei, dizendo eles que a educação não tem tido papel algum nos últimos anos e não há nela nem a consciência nem o fortalecimento dos nossos verdadeiros valores culturais. Alega que, a fala dos praticantes da educação, os educadores, faz a crítica da distância que há entre a promessa e a realidade. Mais ainda, denuncia a alteração das próprias leis que dizem o que é e como deve ser a educação no Brasil.

Assim, não há apenas ideias opostas a respeito da educação, há também interesses econômicos e políticos que se projetam sobre ela. Talvez a fala que idealiza a educação esconda no silêncio do que não diz, os interesses que pessoas e grupos têm para seus usos. Pois, na concepção de quem controla definir educação e legislar sobre ela implica ocultar a parcialidade desses interesses, servindo apenas a grupo, a classes determinadas e não a todos.

Sendo assim, na concepção do autor acima referido, imaginar a educação como um dos primeiros meios de realização de mudança social tende a ser dominante, isso porque a posse e o poder separam os homens entre categorias de sujeitos socialmente desiguais.

Portanto diz ele, o exercício dessa educação consagra a desigualdade que esta deveria destruir, Brandão nos faz pensar a educação de um ponto de vista diferente quando afirma que a educação existe por toda parte e faz parte dela existir entre opostos. Coloca que o que separa os homens entre categorias de sujeitos socialmente desiguais são a posse e o poder, como também dividem o saber entre os que sabem e os que não sabem. A partir disso surgem categorias de trabalhadores do saber e do ensino, e daí a educação aparece como sistema e como escola.

A partir das ideias expostas, Brandão nos faz pensar: que não existem liberdade nem igualdade na educação brasileira, ainda mais se tratando da

educação inclusiva e que essas conversações não passam apenas de um discurso teórico, pois sabemos que os surdos na escola mostra-se em muitos aspectos excluídos por não ter aquisição da libras desde a infância e para que as relações sociais dos surdos entre surdos e ouvintes sejam estabelecidas é necessário a aquisição da linguagem, nesse caso a língua brasileira se sinais.

Outro autor que define educação como espaço amplo é Émile Durkheim (2009) sendo para ele a educação instrumento de socialização da criança, pois segundo ele a criança ao entrar na vida, não traz consigo mais do que a sua natureza de indivíduo. Sendo assim afirma que:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Tem por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que lhe exigem a sociedade política no seu conjunto e o meio ao qual se destina particularmente. (DURKHEIM, 2009, p.53)

Segundo o autor a educação é um fato social que varia de um grupo para outro, ainda afirma que há tantos tipos de educação como meios diferentes nessa sociedade. Para que haja educação segundo ele, é necessário que a geração adulta exerça uma ação sobre a geração mais jovem. Ou seja, para Durkheim a educação é a passagem de conhecimento, de valores de uma geração adulta para uma futura geração, assim os surdos seriam serem não habilitados a receber essa transmissão de conhecimentos da geração adulta? Portanto, são excluídos!

Já FREIRE(1979) aponta para a incompletude de todos nós seres humanos. A fala é apenas uma das formas de se comunicar com o mundo, segundo ele a raiz da educação é a descoberta do homem como um ser inacabado, que está em constante busca, isto é a educação é possível para o homem porque ele é inacabado isto leva a sua perfeição. Pois a educação implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O autor coloca-nos que, o homem deve ser o sujeito de sua própria educação e não pode ser o objeto dela, por isso ele utiliza-se da seguinte argumentação: que ninguém educa ninguém.

De acordo com Freire(idem, p.28) “a educação tem um caráter permanente, por ser a busca permanente de si mesmo”. Ele ainda destaca que não há seres educados e não educados, estamos todos nos educando, o que existe são graus de educação, mas estes não são absolutos.

Sob a visão deste autor destaca-se que o homem é um ser de relações, pois ele está no mundo e com o mundo, isto o torna um ser capaz de relacionar-se; de projetar-se nos outros, o homem não é um homem para adaptação. A educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade, o homem deve transformar a realidade para ser mais, já que ele se identifica com a sua própria ação: objetiva o tempo, temporaliza-se, faz-se homem-história.

Para ele, uma educação que pretendesse adaptar o homem estaria matando suas possibilidades de ação, isso porque adaptar é acomodar, não transformar, a educação deve estimular a opção e afirmar o homem como homem já que em todo homem existe um ímpeto criador.

Assim, a educação deve ser desinibidora e não restritiva, além disso, é necessário darmos oportunidade para que os educandos sejam eles mesmos, caso contrário domesticamos o que significa a negação da educação.

Na opinião de Freire (idem, p.32), “o educador não deve limitar o educando, porque um educador que restringe os educandos a um plano pessoal impede-os de criar, muitos acham que o aluno deve repetir o que o professor diz na classe”, isto significa tomar o sujeito como instrumento. E o desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente.

Por isso, o autor ressalta na medida em que os homens, dentro de uma sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora.

2.1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL E SUA APROXIMAÇÃO AO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Se tratando de educação no Brasil, sabemos que as discussões acerca do “sistema educacional” brasileiro são constante, o que nem sempre traz um resultado indiscutível, ou seja, apesar dessas discussões trazerem algumas mudanças ainda não é suficiente, pois a nossa educação apresenta algumas falhas bem visíveis.

Para Saviane (2008), já se tornou comum no Brasil se criticar aquilo que se convencionou chamar de “sistema educacional”, pelo fato de considerar chocante

constatar-se que as mesmas críticas formuladas há muitos anos são quase todas cabíveis ainda hoje. Segundo ele, agarrar-se à educação como uma espécie de tábua de salvação para os problemas nacionais representaria uma posição ingênua, porque se por um lado a educação se constitui num ponto de rompimento do chamado “circulo vicioso” de dominação e poder, por outro lado, ela própria se apresenta como que encerrada dentro do mesmo “circulo”, negando assim o entrelaçamento das ações e sentidos que constituem a educação brasileira.

Para Saviani (2013), a educação se constitui em um determinado tipo de direito, o direito social, pois a educação ainda que não suficiente, mas configura-se como uma condição necessária para o exercício de todos os tipos de direitos, sejam eles civis, políticos, sociais, econômicos ou de qualquer outra natureza. Segundo ele, para o sujeito ter uma participação ativa na sociedade, como o exercício de todos os tipos de direitos, assim pressupõe o acesso aos códigos escritos, eis o motivo da sociedade ter exaltado a escola e ela ter se tornado a forma principal e dominante da educação etambém como forma de converter todos os indivíduos em cidadãos de direitos e deveres.

Os surdos querem ver respeitado suas diferenças, com o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela Lei 10.436 de 24/04/2002, regulamentada pelo Decreto 5.626 de 22/12/2005 como língua natural de expressão da comunidade surda, assim esses sujeitos começaram a serem visto atualmente de modo diferente por seus familiares, pela escola e pela sociedade, pois apesar de ainda não terem seus direitos respeitados completamente, mas pelo menos tem o direito garantido por Lei.

2.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PAÍS: O BILINGUISMO, A LIBRAS E O ALUNO SURDO.

A educação de surdos no Brasil segundo Quadros, (1997), ainda é constituída pelo oralismo por apresentar resquícios de sua ideologia até os dias de hoje. Segundo a autora, apesar de não haver um estudo sobre o desempenho escolar de pessoas surdas brasileiras, os profissionais e a sociedade reconhecem as defasagens escolares que impedem o adulto surdo de competir no mercado de trabalho. Por ser ainda muito precário o ensino para os surdos Quadros (idem) aponta que nas escolas brasileiras é comum terem surdos com muitos anos de vida

escolar nas séries iniciais sem uma produção escrita compatível com a série. Apesar da Libras² e o Português³ apresentarem parâmetros comuns, são línguas diferentes, por isso a educação de surdos no Brasil de acordo com Quadros está entrando numa outra fase que caracteriza um período de transição. Ou seja, os estudos estão apontando na direção de uma proposta educacional bilíngue.

O bilingüismo como descrito por Quadros (1997) é um proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. E os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considere a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

A preocupação atual conforme defende a autora, é respeitar a autonomia das línguas de sinais e estruturar um plano educacional que não afete a experiência psicossocial e linguística da criança surda. Pois se a língua de sinais é uma língua adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de serem ensinadas na língua de sinais. A proposta bilíngue busca captar esse direito tendo a criança surda brasileira o direito de ter acesso a Libras o quanto antes para acionar de forma natural a aquisição da linguagem. A criança surda até poderá vir adquirir a língua portuguesa, mas nunca de forma natural e espontânea como ocorre com a libras. Para Dorziat,

Devido às limitações no meio familiar para que esse desenvolvimento se dê naturalmente, pelo fato de a grande maioria de surdos pertencerem a famílias ouvintes, torna-se imprescindível a organização de um meio linguístico adequado. Por essa razão a escola precisa suprir essa lacuna, criando ambientes linguísticos que não se restrinjam à simples troca de informações, mas deem oportunidade para uma comunicação fluente [...] (Dorziat, 2011-p.27)

Quadros (idem) aponta que se deve atentar, também, para as culturas nas quais a criança está inserida, assim como a comunidade ouvinte tem sua cultura, a comunidade surda também apresenta uma cultura própria que deve ser respeitada e cultivada. Por isso, uma proposta puramente bilíngue não é viável. Na opinião da

² Libras ou a Língua Brasileira de Sinais é a língua materna dos surdos brasileiros.

³ Língua Portuguesa segunda língua na modalidade escrita para os surdos.

autora, uma proposta educacional, além de ser bilíngue, deve ser bicultural para permitir o acesso rápido e natural da criança surda à comunidade ouvinte e para fazer com que ela se reconheça como parte de uma comunidade surda, só que isso somente será possível quando os educadores e surdos trabalharem juntos.

Outro ponto considerado pela autora é o aspecto psicossocial, ela diz que a criança surda irá integrar-se satisfatoriamente à comunidade ouvinte somente se tiver uma identificação bastante sólida com seu grupo. Caso contrário, a criança terá dificuldade tanto numa comunidade como na outra, apresentando limitações sociais e linguísticas algumas vezes irreversíveis. As realidades psicossocial, cultural e linguística devem ser consideradas pelos profissionais ao se propor o bilinguismo, a escola (professores, administradores e funcionários) deve estar preparada para adequar-se à realidade assumida e apresentar coerência diante do aluno e da sua família.

A família deve conhecer detalhadamente a proposta para engajar-se adequadamente. Quanto aos profissionais que assumem a função de passarem as informações necessárias aos pais devem estar preparados para explicar que existe uma comunicação visual (língua de sinais) que é adequada à criança surda, e que essa língua permite a criança ter um desenvolvimento da linguagem análogo ao de criança que ouvem que essa criança surda pode ver, sentir, tocar e descobrir o mundo a sua volta sem problemas.

Enfim, esses profissionais devem estar preparados para explicar aos pais que eles não estão diante de uma tragédia, mas diante de outra forma de comunicar que envolve uma cultura e uma língua visual-espacial, por isso deve-se garantir a família a oportunidade de apreender sobre a comunidade surda e a língua de sinais.

Dorziat (2011) confirma que toda proposta de inclusão de surdos é respaldada na presença de um profissional em sala de aula – o intérprete – proficiente em língua de sinais que por saber ambas as línguas, libras e portuguesa, serve de mediador entre o professor e os surdos. Sem dúvida, esse passo representou um avanço histórico na educação voltada aos surdos, uma vez que reconheceu a imensa importância da língua de sinais na vida e na constituição dessas pessoas como toda língua o é para o desenvolvimento humano.

Segundo a autora acima referida, o objetivo maior do ensino especial sempre foi à integração dos ditos deficientes na sociedade, tendo como primeiro passo a sua entrada na escola regular. Porém nota-se que nada ou quase nada tem sido feito

para melhoria das escolas, as condições que a escola oferece aos que já estavam supostamente incluídos são precárias, assim se os já incluídos não veem atendidas suas necessidades educativas como esperar que haja disponibilidade dessa mesma escola em se preparar para receber os excluídos.

Os surdos sofreram as consequências de uma educação que historicamente, não se caracterizou pelo foco de ensino, mas na preocupação excessiva com o fator biológico, clínico, com foco em treinos sistemáticos de linguagem oral. Foram tomados como deficientes, cometidos equívocos gravíssimos, uma vez que esse procedimento lhes negou um dos direitos básicos da humanidade: o direito de uso de sua língua natural, a língua de sinais.

Dessa forma Dorziat (idem) certifica que é impensável a inclusão escolar de surdos que não considere a língua de sinais. No entanto, é necessário olhar de modo mais apurado sobre essas práticas, porque quando tratamos da necessidade da língua de sinais estamos nos referindo ao uso da língua como fator de desenvolvimento global dos surdos, e não como recurso acessório as práticas pedagógicas. Sendo assim, a autora diz que se tratando de inclusão a valorização da língua de sinais para os surdos é uma questão essencial, como possibilidade de igualdade de condições de desenvolvimento entre as pessoas. Contudo para que essa prática pedagógica se dê visando a viabilizar a formação na sua globalidade, a abordagem da língua deve ser relacional, contextual e não apenas a informacional, restrita a códigos e padrões predeterminados.

A iniciativa de garantia de entrada de todas as crianças na escola é, sem dúvida, importante, porque atende ao princípio fundamental de direito de todos a educação. Entretanto, isso não basta se não houver movimentos pedagógicos que se debrucem sobre o aluno real, sobre suas formas de representação, criando espaços de diálogo entre eles.

Por fim, considerar as diferenças no âmbito escolar vai além de, simplesmente, utilizar procedimentos que visam a reduzir preconceitos sociais frente às minorias, pois agir dessa forma significa continuar a centrar os questionamentos em visões relativistas do conhecimento.

Para Kelman (2012), a educação inclusiva, é a educação de alunos que não pertencem à cultura dominante, que só pode ser bem sucedida se for impregnada de respeito às culturas minoritárias. Segundo a autora, a educação inclusiva se refere ao atendimento educacional de todas as crianças e jovens, independente de sua

diferença, seja ela linguística, como é o caso dos surdos e índios ou religiosa, cultural, sexual, étnica ou simplesmente tenha uma cultura diferente, como menores trabalhadores ou que vivem nas ruas.

De acordo com a autora, para se lidar com alunos que apresentam processos de desenvolvimento e socialização distintos do padrão tradicional, devemos buscar a análise e a compreensão dos fenômenos de comportamento individual e coletivo, nos mais diversos contextos em que as interações sociais e culturais ocorrem. A inclusão da criança surda na sala de aula regular na visão de Kelman (idem) é um desafio particularmente difícil, porque devido à perda auditiva, ela não tem como adquirir a língua oral, o que pode ser interpretado como uma diferença linguística em relação aos demais alunos.

Segundo ela apesar dos esforços empreendidos pelos sistemas de ensino público, tais como os programas de capacitação de professores para lidar com o aluno surdo na classe regular tem se revelado com frequência, insuficientes, pois, no ensino fundamental, em sala de aula inclusiva onde haja aluno surdo o professor espera que a criança faça a leitura labial.

De modo geral o professor não domina os conhecimentos necessários para a compreensão de processos de aprendizado de uma língua quando a audição está ausente, por isso espera que a criança surda seja capaz de dominar a língua portuguesa em sua expressão oral apenas por reconhecimento dos movimentos produzidos pela articulação labial, isso porque o professor supõe que a articulação lenta de cada palavra é condição necessária e suficiente para a compreensão dos aspectos do léxico e do semântico pelo aluno surdo em classe regular. Então, se esse aluno não domina o léxico, nem a estrutura da língua não terá condições para obter um desenvolvimento acadêmico em nível satisfatório.

De acordo com Kelman, um primeiro passo, já está sendo dado em alguns sistemas educacionais, seria garantir a aquisição da língua de sinais, bem como a língua portuguesa, só que em contextos educacionais diferentes. E ao ensinar a língua de sinais, deve-se levar em consideração que uma língua não se constrói a partir de um somatório de palavras isoladamente aprendidas. Assim, a educação deve ser pensada, buscando a análise do contexto e do tempo em que ela ocorre, inserindo-a como processo relacionado aos movimentos sociais emergentes naquele determinado corte no tempo e no espaço.

Conforme a autora acima referida o conceito “necessidades educativas especiais” traz em sua essência o não reconhecimento de que cada grupo tem particularidades próprias e necessidades específicas, com reivindicações em nível cultural e educacional muito distintas uns dos outros. Dessa maneira Kelman afirma que a educação de menores de rua, índios, imigrantes, surdos, cegos, etc., nada tem em comum entre si, embora todos tenham direito à educação com qualidade. No entanto, são todos chamados de pessoas com necessidades educativas especiais.

A escola é uma instituição aberta à diversidade, o multiculturalismo dentro da educação vem como decorrência de se ter alunos pertencentes a diferentes universos nas salas de aula, do ponto de vista cultural, social, linguístico e religioso e de se ter o desafio de transformar o espaço escolar em um espaço democrático, que possa oferecer igualdade de oportunidades, dando por isso mesmo condições de atendimento educacional diferentes a alunos diversos.

Santos (2012) propõem uma reflexão sobre a escola especial e a escola regular, segundo ela a realidade do contexto escolar brasileiro nos revela que uma grande parte da população escolar inserida na escola regular não consegue aprender, embora os processos pedagógicos não se constituam como único fator, mas exercem influência sobre o fracasso escolar.

Este fato, segundo a autora a partir da segunda metade da década de 90 tem gerado uma grande produção científica, oferecendo uma análise crítica sobre a educação escolar, envolvendo estudos sobre a relação escola e sociedade, análise das políticas educacionais, bem como estudos e pesquisas sobre processos pedagógicos, currículo, didática, formação de professores, mas sem exercerem impacto sobre a educação do surdo.

De acordo com a autora, o percurso histórico da educação para surdos marca uma trajetória inicialmente gestualista, com preocupação educacional, em outro momento predominantemente oralista, na qual a preocupação educacional reduziu-se ao alcance da oralidade como único caminho possível de aprendizagem e integração social. Dentro desta perspectiva Silva (2012) afirma que a escola ocupou lugar periférico, mas com responsabilidade do desenvolvimento e da aprendizagem de indivíduos surdos, pois o aluno surdo está na escola para aprender e desenvolver-se.

Conforme Santos (idem) assumindo esta responsabilidade, a escola precisa decidir qual é o seu verdadeiro papel. E para reflexão a autora questiona: a escola é espaço privilegiado de constituição de conhecimentos ou apenas aprendizagem de duas línguas?

A autora faz esse questionamento porque segundo ela, atualmente presenciamos uma discussão sobre a importância da aquisição e da aprendizagem de duas línguas, sendo esta discussão fundamental para o investimento na qualidade de educação para surdo. Além disso, ressalta que os educadores não podem negligenciar uma discussão extremamente importante, um projeto pedagógico que realmente atenda às metas educacionais para uma criança surda.

.Ainda afirma que destacar a escola e seu projeto pedagógico significa colocar em evidência seus princípios, pois a escola que cumpre suas funções sociais e políticas da educação escolar percebe que tem compromisso com a formação do cidadão participativo, responsável, crítico e criativo, isso para todo e qualquer sujeito. A escola deve estar voltada para a construção de um perfil de cidadão que supere a simples acumulação de conhecimento ou a sua repetição mecânica, mas compreende como o conhecimento transforma e é transformado pelo sujeito.

Aprender a ler e a escrever está além de conhecer um sistema linguístico, é perceber que esta aprendizagem se transforma em instrumento de construção de novos conhecimentos e pode ser mais um instrumento de reconhecimento, de interferência e de participação no mundo. A oferta educativa precisa ser analisada a partir destes elementos, pois alunos surdos e não surdos tem direito a uma escola preocupada e comprometida com estes princípios. Essa é a tônica que acompanha a oferta de escolas para os alunos surdos.

Para ela, o sucesso escolar do aluno não é definido a partir do tipo de oferta educativa, a escola especial para surdo não se sustenta a partir dos argumentos de que a escola regular fracassou diante do aluno surdo e a escola regular não garante seu espaço diante do discurso de inclusão. Assim, para a autora, ambas se afastam da discussão do processo educativo dos seus alunos, do currículo, do trabalho coletivo da escola e dos objetivos educacionais.

Sob esta visão Silva (idem) considera que fracassos e sucessos se alternam no percurso das duas ofertas educativas, e que pensar nestas ofertas de forma

crítica e consciente, é admitir que não existe um surdo genérico ou aluno genérico, um protótipo, ou seja, um único caminho possível.

3. LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS: são línguas diferentes

A língua portuguesa e a libras são duas línguas diferentes que permitem a comunicação entre os indivíduos de uma comunidade linguística, pois para que as relações sociais sejam estabelecidas entre surdos e sociedade é necessária a aquisição da linguagem. Se tratando de aquisição de língua os surdos sofrem certa dificuldade em aprender a língua de sinais porque para eles a Libras não é aquisição, principalmente quando os surdos nascem em famílias ouvintes.

O início das discussões para se repensar a educação de pessoas surdas tiveram início na década de 1990, pela necessidade da Libras ser compreendida como responsável pela constituição das pessoas surdas e como marca de sua diferença sociocultural. No entanto, a educação pensada para surdos deveria garantir que a libras assumisse status como sendo a primeira língua dos surdos brasileiros. É muito comum ouvirmos frase do tipo “a educação é um direito de todos”, mas geralmente as escolas não cumprem seu dever em educação para alunos surdos, muito se fala, mas pouco se faz para que esses alunos tenham acesso a sua língua materna e saiam do isolamento, desse silêncio por falta de interação, sabemos que o aluno surdo não tendo esse dever cumprido pela escola, não lhe é garantido o acesso a educação.

Bortoni-Ricardo (2005) afirma que é preciso de fato, contribuir para o desenvolvimento de uma pedagogia sensível a diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos e isto requer uma mudança de postura da escola, de professores e da sociedade em geral. Na sociedade as línguas sofrem variações o que tende a desenvolver uma desigualdade social no uso da mesma língua, a diversidade linguística influencia no processo educacional, mas ainda não é dada a devida atenção a esse processo.

As diferenças na estrutura social, nas normas e valores culturais, que condicionam o comportamento linguístico, tem de ser devidamente consideradas, de acordo com Bortoni-Ricardo somente pequenas comunidades no Brasil não tem o português como língua materna e exibem variados graus de bilinguismo, portanto o estudo da situação linguística dessas comunidades não pode ser negligenciado. Há

que se entender que apesar do Brasil ser considerado um dos poucos países monolíngues, porém monolinguismo não significa homogeneidade linguística.

Se referindo à comunidade surda temos a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) que é a língua natural de expressão dessa comunidade no Brasil, tem sua origem na língua de sinais francesa e como qualquer outra língua possui expressões que diferem de região para região, ao contrário do que muitos pensam, a LIBRAS não é uma língua universal, pois assim como cada país possui sua própria língua, também possui sua própria língua de sinais.

A Libras tem estrutura e gramática própria, possui o alfabeto manual que é utilizado para digitar nomes e também para configurar a mão na realização de um sinal, ela é independente da língua portuguesa. Podendo ser utilizada para várias funções: para produzir um poema, um conto, uma informação, um argumento, para fazer uma crítica, aconselhar e outras possibilidades. A língua de sinais não é inferior a nenhuma outra língua e é reconhecida como qualquer outra língua, pela Lei 10.436 de 24/04/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626 de 22/12/2005 como língua oficial dos surdos brasileiros.

3.1 RELAÇÃO PROFESSORES OUVINTES E ALUNOS SURDOS: UMA PARCERIA QUE PRECISA DÁ CERTO

O aluno com necessidade educativa precisa de uma atenção especial independente de qual necessidade ele tenha. Se referindo ao aluno com surdez não significa que o aluno é incapaz de aprender, mas que ele necessita de uma educação voltada as suas condições especiais. Conforme afirma Gesser:

[...] é necessário que nós, indivíduos de uma cultura de língua oral, entendamos que o canal comunicativo diferente (visual-gestual) que o surdo usa para se comunicar não anula a existência de uma língua tão natural, complexa e genuína como é a língua de sinais [...] (2009, p.22)

A interação entre professor e aluno contribui para o processo ensino-aprendizagem, só que no caso de professor ouvinte e aluno surdo na escola regular a relação de comunicação se torna muito difícil ou não existe por motivos básicos: o professor não sabe libras, além disso, não sabe como ensinar língua portuguesa e os demais conteúdos para os alunos surdos; e na sala de aula não tem a presença

de um intérprete. Então, mesmo diante de muitas mudanças, em meio a tanta tecnologia, tantos avanços na área da educação o aluno surdo está vivendo dentro de um novo modelo de exclusão por está inserido numa sala de aula do ensino regular com ouvintes e um professor que não consegue se comunicar com ele.

De acordo com Silva (2012,) muitas mudanças podem e devem ser feitas no cotidiano escolar, principalmente se o professor mudar sua conduta e ao invés de falar em nome do outro dizendo como dever agir, o professor deve caminhar ao lado desse aluno para que ele possa se sentir seguro o suficiente para se expor. Ainda afirma que se o aluno surdo tiver espaço para ser ouvido como outro inteiro, se tiver interlocutores, sem dúvida estaremos construindo uma escola diferente. A autora parte da premissa de que a linguagem se constitui na interação com os outros sujeitos, então não basta ensiná-la ao surdo, é necessário inseri-lo em um diálogo, para que por meio do processo de interação/interlocução se possa chegar à construção de significados.

O aluno portador da surdez numa sala de aula do ensino regular com os demais alunos ouvintes e o professor sem preparação nenhuma para se comunicar com o aluno surdo, sem dúvida não há possibilidade de esse aluno ter um bom desenvolvimento seja linguístico, bem como social, cultural e psicossocial. Conforme explica Rangel e Stumpf (2012):

Quando o professor e o aluno utilizam a mesma língua, no caso da língua de sinais, a comunicação deixa de ser um problema. Quando ambos são surdos, os interesses e a visão de mundo passam a ser os mesmos. A fluidez de comunicação possibilita as mais variadas trocas. (RANGEL; STUMPF, p.115)

De acordo com Rangel e Stumpf (idem), os alunos surdos muitas vezes veem o professor ouvinte como um sujeito que não os reconhecem em sua completude, o que acontece também na sua relação com seus pais, irmãos, os adultos, quase todos ou todos os ouvintes com quem o surdo convive. Pois, quando essas pessoas não se inserem na comunidade surda ou não aprendem a língua de sinais, os surdos não podem projetar-se neles e suas expectativas de vida ficam reduzidas a espelhar-se na realidade dos surdos com quem tem oportunidade de conviver.

Nesse sentido, os professores surdos e ouvintes usuários de Libras que atuam em escolas bilíngues são, além de interlocutores que compreendem a língua dos surdos, também são considerados agentes de mudanças para seus alunos

surdos, uma inspiração para realização de um futuro pleno de escolhas e promessas.

4. O SURDO COMO ALUNO DA ESCOLA ESPECIAL

Atualmente é muito comum encontrar em nossas escolas “incluídos” no ensino regular alunos portadores de necessidades especiais, dentre eles o aluno surdo. Segundo a perspectiva de Gesser (2009), para se integrar na sociedade ouvinte não é necessário o surdo ser oralizado. Devido à crença de que era necessário a oralização dos surdos para inserção na sociedade, a oralização deixou marcas profundas na vida da maioria dos surdos, a busca desenfreada pela recuperação da audição e promoção do desenvolvimento da fala vocalizada pelos surdos são objetos que se traduzem em vários sentimentos: desejo, dor, privação, aprovação, opressão, discriminação e frustração. Isso aponta para mais um processo de diferenciação e exclusão dos sujeitos surdos.

Na educação de surdos, soma-se ainda a imposição de formas de aprender baseadas na cultura oral, na perspectiva do professor ouvinte, tendo como inibidor o fato de professor e aluno não compartilharem da mesma língua. (GIORDANI, 2012, p.143)

Segundo afirma Gesser (idem), a imposição da língua portuguesa a todo custo na escolarização dos surdos tem vários significados, sendo o mais grave deles a negação da língua de sinais na alfabetização. O uso da língua de sinais não atrapalha a aprendizagem da língua oral, mas a falta de interesse dos surdos na aprendizagem da língua majoritária oral está relacionada aos castigos e punições que a história da educação dos surdos se encarrega de narrar.

Na visão da autora, o surdo não “sobrevive” se lhe for tirado o direito de usar sua língua primeira (Libras) em seus ambientes de convívio sócia, ou seja, é sem a língua de sinais que o surdo não sobrevive na sociedade majoritária ouvinte. Pois, é com e através dela que lhe é garantida a construção de conhecimento de mundo e, sobretudo, a constituição e o fortalecimento da identidade cultural surda. Não é a surdez que compromete o desenvolvimento do surdo, e sim a falta de acesso a uma língua, a ausência dela tem consequências gravíssimas: tornar o indivíduo solitário, além de comprometer o desenvolvimento de suas capacidades mentais.

Para a autora, a surdez é vista negativamente pela sociedade porque o discurso médico tem mais força e prestígio do que o discurso da diversidade, do

reconhecimento linguístico e cultural das minorias surdas. A surdez é construída na perspectiva do déficit, da falta, da anormalidade.

O “normal” é ouvir, o que diverge desse padrão deve ser corrigido, “normalizado”. Nesse processo normalizador, abre-se espaços para estigmatização e para a construção de preconceitos sociais. E, com um discurso tão forte e tão reforçado pela grade maioria, fica difícil pensar a surdez como diferença. (GESSER, 2004, p. 67).

No que se refere ao tratamento a pessoa surda a diferença de tratamento não acontece somente na escola ou fora dela, o isolamento do surdo pela falta de comunicação se inicia em casa no ambiente familiar. Pois como afirma Strobel (2008, p.49), o nascimento de uma criança surda é um acontecimento natural para a maioria das famílias surdas, porque o povo surdo não vê esta criança como um “problema social” como ocorre com a maioria das famílias ouvintes.

De acordo com Strobel (2008), os pais surdos contribuem para o “mundo surdo”, só que ao levarem seus filhos surdos aos médicos e profissionais da área os mesmos aconselham a não usarem a língua de sinais, alegando que isto provocaria atraso na aquisição da língua portuguesa, então esses profissionais incentivam, encorajam esses pais a colocarem aparelhos nos seus filhos argumentando que ouvir som e aprender a falar é melhor do que nada. Mas, os surdos sem acesso a língua de sinais ficam impedidos de se comunicarem e as suas escolhas ficam por conta dos ouvintes, assim são estigmatizados como incapazes de aprender ficando excluídos do meio social.

A respeito desse tema, observamos os estudos do autor Erving Goffman (2008) que traz o conceito de *estigma* como um termo criado pelos gregos para se referirem a sinais corporais ou físicos com os quais procuravam evidenciar alguma coisa, pejorativamente, reconhecida na sociedade. O estigmatizado é uma pessoa marcada, poluída que devia ser evitada, principalmente em lugares públicos. Segundo ele, se tratando de grupos minoritários a questão central referente a esses grupos é o seu lugar na estrutura social. Logo, diz o referido autor:

Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito. (2008, p. 13)

Na teoria do Goffman, o estigma assume duas perspectivas: aquela que o estigmatizado assume diretamente a característica distintiva, evidenciada pelas marcas corporais, psicológicas ou étnicas; e aquela que não é percebida pelos

presentes, mas, igualmente á primeira, também põe o estigmatizado em descrédito, desacreditável para a si e para a sociedade.

No caso aqui estudado o estigma é gerado pela desinformação e pelo preconceito, os familiares dos surdos muitas vezes por falta de conhecimento privam o direito deles a língua de sinais, como descrito por Strobel (2008, p.51), com famílias ouvintes o problema encontrado para esses sujeitos surdos é a carência de diálogo, entendimento e da falta de noção do que é a cultura surda. De acordo com a autora, em famílias ouvintes as crianças surdas apenas observam as conversas e discussões que não são direcionadas a elas, neste caso conforme a autora ocorre o isolamento das crianças surdas dentro da própria casa devido às barreiras de comunicação.

Para as crianças que nasce em famílias surdas, segundo Strobel (2008, p.52) existe uma troca de saberes e da aceitação da identidade surda porque essas crianças passam pelo processo natural de transmissão da cultura surda com comportamento próprios deles. A autora alega que muitas vezes nestas famílias as crianças surdas não se acham diferentes do resto do mundo, pois elas creem que os sujeitos ouvintes é que são estranhos esquisitos ou diferentes. A maioria das crianças surdas de pais surdos, geralmente se desenvolve melhor do que as de pais ouvintes, pelo fato de terem a cultura respeitada no ambiente familiar.

Assim, a surdez é historicamente e socialmente um problema para o ouvinte. Ela em nada afeta a vida dos surdos, o problema começa a existir quando queremos torná-los ouvintes e falantes de uma língua oral. Além disso, destaca-se a questão do preconceito social como ciclo vicioso que está e sempre esteve presente na vida da humanidade. As sociedades, as instituições, as pessoas constroem estruturas e discursos para a manutenção e disseminação do preconceito quando apregoam as representações da “normalidade”. Dessa maneira pode-se dizer que as mudanças, em se tratando de minorias, não são rápidas ou radicais. Em todas as esferas sociais, há níveis de preconceitos, as mudanças passam pelo reconhecimento da surdez como diferença, e, por sua vez, vão além de “uma aceitação formal” ou de uma autorização para que os surdos sejam diferentes. Isso vale para todas as diferenças: trata-se de entendê-las como um reconhecimento político.

É comum ouvirmos as pessoas falarem que o surdo é muito irritado, agressivo, nervoso e débil mental. Trata-se, portanto, de estereótipos construídos com base em paradigmas inapropriados, criados por aqueles que insistem em

educar os surdos através da linguagem oral, uma língua totalmente alheia a sua forma visual de perceber e de se expressar no mundo. Por isso, quando os surdos são abordados e educados através da língua de sinais, nenhum desses “problemas” de ordem social se apresenta.

Entre os desafios enfrentados pelos surdos, há um sentimento de mudança pairando no ar, além de afirmar que vivemos um momento profícuo e ímpar, já que muitas conquistas foram alcançadas, como: a oficialização da LIBRAS, o direito do surdo de ter um intérprete, a obrigatoriedade de formação nas áreas de licenciaturas, a inclusão de libras em alguns currículos. Sem dúvida o momento é do surdo e para o surdo.

Mas nas ondas das boas novas, segundo ela também se infiltram as velhas práticas e os velhos discursos. De acordo com Gesser (2009), estamos vivendo um processo de transições, adaptações e reformulações, só que muitos discursos podem ser encobertos e mascarados em prol de interesses individuais. A autora coloca-nos que há uma enorme distancia entre o dizer e o fazer, isso porque por tanto tempo se fala nas implicações positivas do uso da língua de sinais na escolarização do surdo e, ainda assim, há resistências quanto a essa questão seja por falta de espaços, oportunidades e apoio para os educadores ouvintes se aperfeiçoarem na sua proficiência linguística, ora por se perpetuarem visões preconceituosas sobre a língua e posturas na relação com os surdos.

Conforme ressalta os descompassos entre os discursos teóricos e a atuação de profissionais na prática cotidiana por estudos aqui demonstrados, muitos estão amarrados a crenças que ainda impedem os reais avanços. O momento atual é muito positivo, instaurado por meios de lutas históricas e persistentes de todos aqueles que acreditam que há outras formas de narrar os surdos, a surdez e a língua de sinais.

5. METODOLOGIA APLICADA NA PESQUISA

A pesquisa esteve baseada numa abordagem qualitativa (Marconi e Lakatos, 2009, p. 269) que fornece análise mais detalhada sobre as investigações, preocupando-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Foi utilizada a pesquisa de campo para poder compreender a representação da educação especial na vida desses alunos surdos dentro do seu contexto real.

De acordo com Prestes (2008, p.27) a pesquisa de campo é aquela em que o pesquisador, através de questionários, entrevistas, protocolos verbais, observações, etc., coleta seus dados investigando os pesquisados no seu meio. Sendo assim, a pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, a análise e interpretação dos dados devem ser baseadas numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. Sobre isso, afirma Marconi e Lakatos (2010, p.169), a pesquisa de campo é utilizada com o objetivo de conseguir informações ou conhecimento acerca de um problema, consiste na observação de fatos e fenômenos como ocorrem espontaneamente.

A instituição na qual ocorreu a pesquisa pertence à rede municipal de ensino e foi fundada em 30 de março de 2012, de acordo com a Lei Municipal nº 1.052, de 30 de março de 2012, chama-se Unidade Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Nossa Senhora da Conceição “Escola Bilíngue”. Situada à Rua Fausto Mendonça, nº214. Bairro Mandacaru - Sumé/PB. (Anexo 1). A instituição está cadastrada no INEP⁴, com o número 25049976. Esta informação nos leva a pensar a origem do interesse e disposição para a criação de uma escola bilíngue na cidade, com a participação ativa dos professores da UFCG/Campus Sumé, que tratavam o tema nos conteúdos pedagógicos dos cursos presentes nesta unidade de educação superior. (Anexo 2)

Quanto às modalidades e níveis de ensino, a escola funciona com um total de 12 alunos que consiste em uma turma multisseriada, funciona no turno da manhã. A escola dispõe de uma professora ouvinte, um instrutor de LIBRAS e uma merendeira que exerce também funções de auxiliar de serviços gerais.

⁴ INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Sua estrutura física apresenta duas salas de aulas, uma cozinha comum, dois banheiros sendo um masculino e um feminino que é utilizado tanto por educandos quanto por professores. A cozinha da escola dispõe de uma geladeira, fogão, e um liquidificador. O processo de aquisição da merenda escolar vem para a instituição escolar via secretaria de educação do município.

A escola se encontra um bom estado de conservação, com energia elétrica, água encanada advinda da adutora do Congo que abastece toda a cidade. Em uma das salas de aula tem um pequeno espaço destinado para consulta de livros, ou seja, uma pequena biblioteca que dispõe de alguns exemplares, como também um acervo de DVD'S em LIBRAS, material dourado, ábaco, bússola e réplica de esqueleto humano. Ainda dentro da estrutura física da escola, a instituição conta também com uma dispensa para guardar os alimentos.

Quanto aos recursos de apoio didático pedagógico, disponíveis na escola são uma televisão, e um notebook ambos cedidos pela UFCG/CDSA, um aparelho de DVD emprestado pela Secretaria de Cultura do município de Sumé, e máquina fotográfica adquirida por meio de uma rifa vendida por professores e alunos da escola.

O planejamento das atividades da escola ocorre na Secretaria de Educação do município, onde participam a professora e o instrutor, que discutem o que pode ser melhorado e realizado na escola.

A instituição, como as demais escolas do município, conta com o apoio de outras Secretarias, a exemplo da secretaria de saúde que contribui para o bem estar e a saúde dos alunos. A escola recebe constantemente a visita de um dentista, enfermeira, médico, orientador sexual, preparador físico, nutricionista que colaboram para a aquisição de conhecimentos através de palestras informativas e esclarecedoras. Teve seu início com a quantidade de 17 alunos surdos, que não conheciam a Libras. No município, a maioria dos surdos se comunicava através de mímicas e sinais aprendidos com seus familiares. Hoje, dentro de uma instituição bilíngüe os alunos estudam a Libras como primeira língua, com um instrutor surdo e a língua portuguesa escrita como segunda língua, com uma professora ouvinte, sendo a Libras a língua de instrução de todas as demais disciplinas dentro da escola.

A escola foi criada com a intenção de atender também alunos surdos de outros municípios da região, mas por falta de interesse dos gestores públicos dos

demais municípios que não possibilitaram a vinda desses alunos à escola bilíngue, então a escola atende apenas alunos dos municípios de Sumé/PB. Nessa pesquisa apenas nove sujeitos participaram porque sempre que visitava a escola nunca estavam todos os alunos presente.

As observações de campo foram necessárias para se aproximar da realidade vivenciadas por esses alunos, as visitas a escola sempre ocorriam entre as terças e sextas-feiras no horário da manhã. Ao entrar na escola sempre fui muito bem recebida por todos inclusive pelos alunos que sempre me recepcionaram com muita alegria. Esse contato com os alunos foi uma experiência nova e enriquecedora que me faz refletir sobre as dificuldades enfrentadas por esses alunos que era ainda bem maior antes de frequentar a uma escola onde estão tendo seu primeiro contato com sua língua materna. Sem esse contato com a Libras desde criança esses surdos tiveram um atraso na vida escolar irreversível.

Esta comunidade surda composta apenas por alunos surdos garantem a esses sujeitos a comunicação que é fundamental na construção da sua identidade, mas mesmo diante dessa oportunidade de se identificarem com a cultura e a acessibilidade a duas línguas os alunos surdos não deixam de viverem a exclusão, pois estão dentro de uma escola em que a língua de sinais é compreendida apenas no interior da sala de aula, pois os demais profissionais da escola desconhece a Libras.

Dentro dessa perspectiva, Dorziat, Araújo e Soares (2011) afirmam que devido às limitações no meio familiar para que esse desenvolvimento se dê naturalmente, pelo fato de a grande maioria de surdos pertencerem a famílias de ouvintes, torna-se imprescindível a organização de um meio linguístico adequado. Então, a escola precisa suprir essa lacuna, criando ambientes linguísticos que não se restrinjam à simples troca de informações, mas dêem oportunidade para uma comunicação fluente, viva e natural, entre colegas, professores e demais profissionais da escola. Esse é o critério para a educação de fato.

Durante a pesquisa foi possível observar algumas aulas sem fazer interferência e sem emitir opiniões, mas nota-se a satisfação dos alunos em fazer parte de uma sala de aula com algo em comum entre eles, o mesmo campo linguístico.

6. ANÁLISE DOS DADOS

Os surdos são sujeitos diferentes dos ouvintes, mas que essa diferença não os impede de lutar e conquistar os seus objetivos. As dificuldades que eles enfrentam para se integrar na sociedade são por causa da maneira que a sociedade ver os surdos, por isso surge preconceitos por parte dos ouvintes criando estereótipos considerando esses sujeitos incapacitados para as funções sociais pelo fato de não ouvir.

A implantação da Escola Bilíngue no município de Sumé/PB trouxe a esses surdos a visibilidade da identidade própria, com isso tanto os seus familiares quanto a sociedade reconheceram as características da comunidade surda, reconhecendo a capacidade desses sujeitos que não se diferenciam dos ouvintes, só que a capacidade desses sujeitos não é revelada porque a sociedade impede achando que eles são incapazes, por isso esses sujeitos são marginalizados ou estigmatizados.

Pode-se observar que foi dado o primeiro passo no que se refere à educação de alunos surdos, mesmo sabendo que esse passo não é suficiente para se dizer que temos uma educação de qualidade para nossos alunos surdos, mas representa uma afirmação dos direitos desses sujeitos a uma língua. Por meio da Libras o surdo tem acesso à cultura, ao conhecimento, à integração social e evolui a linguagem e as possibilidade cognitivas.

Os estudantes participantes da pesquisa são atendidos pela Escola Bilíngue e também são alunos da rede regular de ensino. Para melhor compreender esses alunos, apresenta-se o quadro um com um breve perfil desses estudantes.

Quadro 1. Estudantes surdos quanto o sexo, idade, escolaridade e vida profissional.

SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	SITUAÇÃO PROFISSIONAL
F	15	Ensino Fundamental – 5º ano	Não trabalha
M	36	Ensino Médio Completo- Cursando Técnico em Informática	Trabalha
M	28	Ensino Médio	Não trabalha
M	12	Ensino Fundamental – 5º ano	Não trabalha

F	30	Ensino Fundamental – 6º ano	Não trabalha
M	42	Ensino Fundamental	Não trabalha
F	16	Ensino Fundamental	Não trabalha
M	36	Ensino Médio – incompleto	Não trabalha
F	19	Ensino Médio Incompleto	Não trabalha

Fonte. Próprio autor da pesquisa.

Dos participantes da pesquisa cinco são do sexo masculino e quatro do sexo feminino, totalizando nove participantes. A maioria deles, ou seja, cinco estudantes cursavam o ensino fundamental e apenas um dos participantes chamou a atenção, pelo fato de ter dado continuidade aos estudos após concluir o ensino médio e estava cursando o Técnico em Informática, outro aspecto relevante sobre esse sujeito é o motivo de ele trabalhar isso mostra que a educação é fundamental para o desenvolvimento humano, apesar de ter apenas uma perda parcial da audição e ser considerado “deficiente”, mesmo sofrendo preconceito, sendo marginalizado pela comunidade majoritária da mesma maneira que os sujeitos com perda total da audição o conhecimento foi fundamental para despertar o desejo de se mostrar eficiente, capaz de atuar na sociedade como qualquer outro cidadão.

Os surdos ainda são visto pela sociedade como um ser anormal, incapaz que necessita de tratamento para poder se integrar socialmente. Mas, estamos nos referindo ao surdo como um ser social, que apesar de suas limitações faz parte da mesma sociedade que os ouvintes, pois mesmo fazendo parte da comunidade minoritária, possuem identidade própria, uma cultura, uma língua diferente dos demais – ouvinte – que também tem outra identidade, outra língua ou outra cultura.

O quadro acima mostra que a maioria não trabalha e apenas um dos sujeitos que participou da pesquisa atua no mercado de trabalho informal e tem apenas uma perda parcial da audição. Ao observar as respostas dadas pelos surdos ao questionário, notamos que eles são duplamente excluídos, como por exemplo, podemos citar a ocupação profissional que esses sujeitos ainda não alcançaram. Na sua maioria, esses alunos não trabalham, com exceção de um aluno, e apontam a atividade profissional como muitíssima valiosa para o futuro deles. Como afirma um

deles, os estudos servem para **“desenvolver, aprender, viver melhor futuro” (Aluno Surdo. 1º Ano Fundamental/42 anos de idade)**. Cabe ressaltar que as palavras *“viver melhor”* significa a garantia de trabalho para sustento da vida pessoal e familiar desses futuros adultos na sociedade capitalista.

Nesse sentido, inserir o aluno portador de uma necessidade dentro de uma sala de aula com alunos ouvintes e tratar esse processo como inclusão seria simplesmente excluí-lo do direito de ser tratado conforme as suas necessidades. Inserir alunos surdos em sala de aula com ouvintes sem oferecer a esses alunos um aprendizado que seja suficiente para que eles possam participar ativamente da sociedade faz a educação deixar de ser um direito de todos e passa a ser direito apenas de alguns, assim, por vezes, essas condições que garantam a participação desses sujeitos no espaço escolar passa pelas condições econômicas por que passa esses alunos.

Por não terem uma formação escolar que atendam as suas necessidades linguísticas, muitos ainda estão cursando uma série/ano incompatível com a idade. Quanto ao sentido da educação, no qual afirma um deles sobre as vantagens de estudar **“participar da vida social, interagir com os outros” (Aluno surdo. 7º ano/Ensino Fundamental/16 anos de idade)**. Além de trazer desenvolvimento, aprendizado, garantia de um futuro melhor através da educação conseguem ter uma vida social e interação com outras pessoas. Em relação às desvantagens de estudar afirma um deles **“a falta de material adequado para os surdos” (Aluno Surdo. (Ensino Médio incompleto/19 anos)**, assim podemos observar que a falta de uma educação adequada as necessidades dos alunos surdos traz consequências gravíssimas em seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Portanto, experiência de ter contato com um espaço educacional bilíngue nos mostra que a libras é fundamental para o desenvolvimento linguístico e a socialização dos surdos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito dos surdos a educação se tornou visível com o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais em 24/04/2002 de acordo com a Lei nº10.436, a partir desse reconhecimento o respeito a língua de sinais vem se intensificando e atualmente os surdos usufrui de direitos que antes lhe era negado. Apesar dos avanços ocorridos em favor da comunidade surda a luta continua porque a libras continua sendo desvalorizada pelo fato de não ser conhecida nem utilizada pelos ouvintes e por não ter um registro escrito.

Ao ser reconhecido o direito do surdo a educação surgiu outra questão que desfavorece o surdo, a educação inclusiva levou o surdo a sala de aula do ensino regular e essa mesma educação que incluiu não atende as necessidades linguísticas desses sujeitos. Dessa forma, o surdo passou a viver um novo modelo de exclusão por está dentro de uma sala de aula supostamente “incluído” no meio de ouvintes, sem intérprete na sala e com um professor que não consegue se comunicar com ele por desconhecer a língua de sinais.

Os estudos comprovam que a educação bilíngue para alunos surdos seria a educação ideal, para o seu desenvolvimento linguístico já que os surdos estão dentro de duas comunidades, assim necessitam da língua de sinais para seu desenvolvimento humano e da língua portuguesa por está inserido num contexto que predomina a língua da comunidade majoritária. Mesmo sendo vitima do preconceito e exclusão por parte de seus familiares/sociedade os surdos sumeense reconhecem a importância da Escola Bilíngue fundada no município porque esse espaço trouxe a eles a segurança na expressão deles, assim eles se comunicam com uma língua própria e se sentem mais firmes dentro da própria cultura, conseguiram se socializar mais deixaram de serem sozinhos, hoje lutam com outros em busca de respeito a suas características.

A criação da escola no município representa um cenário de desenvolvimento na educação, porém trouxe desafio enfrentado não somente pela comunidade surda, mas por todos que trabalham com educação.

A pesquisa a cerca da educação e socialização dos alunos que estudam na Escola bilíngue em Sumé/PB, nos possibilitou perceber o quanto é importante a educação especial na vida desses sujeitos, a escola lhes dar certa visibilidade social, mas é lamentável perceber que a marca da estigmatização permanece,

porque a forma que esses sujeitos são visualizados pela escola e sociedade como um problema, um sujeito incapaz.

Por fim, podemos afirmar a partir desse estudo que o surdo é triplamente excluído por não ser aceito pela família, escola e sociedade, caso contrário, seria um parâmetro triplo para o surdo desenvolver suas habilidades linguísticas com eficiência e naturalidade. Cabe ainda ressaltar aqui que no término da pesquisa ficamos sabendo que atualmente a escola foi fechada pela Secretaria de Educação do Município de Sumé, alegando que a Escola tinha poucos alunos e não compensava as despesas, assim os surdos foram para uma sala de aula da escola regular atitude esta que os surdos não concordaram com a ideia que, segundo eles, se sentem num espaço alheio fora da identidade deles, já que a escola bilíngue atendia somente alunos surdos. Isto reforça ainda mais a necessidade de manutenção de uma escola que cumpra a formação bilíngue, seja ela regular ou especializada para alunos surdos.

REFERÊNCIAS

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística & educação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DOZIART, Ana. **Estudos Surdos: diferentes olhares.** Porto Alegre, Mediação, 2011.

DORZIAT, Ana; ARAÚJO, Joelma Remígio de; SOARES, Fillipe Paulino. **O direito dos surdos à educação: que educação é essa?** In: DORZIAT, Ana (org.). Estudos Surdos: Diferentes olhares. Porto Alegre, Mediação, 2011.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** 1ª ed. Lisboa – Portugal: Gráfica do Coimbra, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** Tradução de GADOTTI, Moacir; MARTIM, Lillian Lopes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIORDANI, Liliane Ferrari. **Encontros e desencontros da língua escrita.** IN: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulália. (org.). Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

KELMA, Celeste Azulay. **Multiculturalismo e Surdez: respeito às culturas minoritárias.** IN: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulália. (org.). Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia.** São Paulo: Rêspel, 2008.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

RANGEL, Gisele Maciel Monteiro; STUMPF, Marianne Rossi. **A pedagogia da diferença para o surdo**. IN: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulália. (org.). Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012.

SANTOS, Kátia Regina de Oliveira Rios Pereira. **Projetos educacionais para alunos surdos**. IN: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulália. (org.). Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. 10ª ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Vicissitudes e perspectivas do direito a educação no Brasil: Abordagem Histórica e situação atual**. Campinas – SP: Educ.Soc, 2013.

SILVA, Ângela Carranchoda. **A representação social da surdez: entre o mundo acadêmico e escolar**. IN: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulália. (org.). Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

ANEXOS



Imagem 01. Fachada da Escola Bílingue para Surdos, localizada no Bairro – Mandacaru-Sumé/PB.



Imagem 02. Fachada da Escola de ensino regular Zélia Braz, localizada, no Bairro de Várzea Redonda-Sumé/PB









QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. **Nome:** _____

Sexo: () M () F

Idade: _____ anos

Grau de Escolaridade:

() Ensino Fundamental _____

() Ensino Médio _____

() Ensino Fundamental – EJA _____

() Ensino Médio – EJA _____

() Outros _____

2. **Você trabalha?**

() SIM () NÃO

3. Se **Sim**, como conseguiu o emprego?

4. **Qual o significado dos estudos na sua vida?**

5. **Quais as vantagens em estudar hoje?**

6. **Quais as desvantagens (dificuldades) no estudo hoje?**

7. **O que você mudaria na sua escola hoje?**

8. **Como você se sente em sua escola?**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ

LEI MUNICIPAL Nº 1.052, de 30 de março 2012.
(iniciativa do Poder Executivo)

*CRIA UNIDADE DO ENSINO
MUNICIPAL NA REDE OFICIAL
DO SISTEMA MUNICIPAL DE
ENSINO.*

O Prefeito do Município de Sumé, faço saber que a Câmara Municipal Decreta e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criada, na Rede Oficial do Sistema Municipal de Ensino, administrado pela Secretaria da Educação, a Unidade Municipal de Educação Infantil e de Ensino Fundamental Bilingue para Surdos "Nossa Senhora da Conceição", localizada na sede do Município de Sumé.

§ 1º A unidade destina a crianças, jovens e adultos com surdez, com surdez associada a outras deficiências, limitações, condições ou disfunções, e surdo-cegueira, cujos pais do aluno, se menor, ou o próprio aluno, se maior, optarem por esse serviço de educação especial.

§ 2º A unidade atenderá as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental regular e da modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA da Educação Básica.

Art. 2º Regra geral, o desenvolvimento das atividades educacionais a cargo da unidade dar-se-á com recursos orçamentários, financeiros e humanos do Município, e, se necessário, em regime de mútua colaboração com órgãos e entidades dos governos federal, estadual ou municipal, mediante a firmação de convênios, acordos, ajustes ou parcerias.

Art. 3º Para os fins de composição do corpo diretivo da unidade educacional de que trata o art. 1º desta Lei, fica criado no Serviço Civil da Administração Direta do Poder Executivo (1) um cargo de provimento em comissão de Diretor, símbolo DSC-5, e imediatamente integrado ao Quadro de Cargos de Provimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ

em Comissão das Unidades de Ensino constantes do ANEXO IV da Lei Complementar nº 13, de 8 de janeiro de 2010.


Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento do Município de Sumé para o corrente exercício financeiro.

Art. 5º O Chefe do Poder Executivo expedirá a regulamentação necessária à execução desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Sumé (PB), 30 de março de 2012.


Francisco Duarte da Silva Neto
Prefeito


Betânia Macêdo da Silva Brito
Secretária de Educação



garantem que a UMEIEFBS se constituirá como campo para pesquisa e extensão da UFCEG, desde que estas questões estejam relacionadas com os interesses da Escola e 2) A UNIVERSIDADE se compromete em assessorar pedagogicamente a formação dos professores da UMEIEFBS e dar suporte material para o desenvolvimento/realização das propostas pedagógicas a serem desenvolvidas na Escola, que estejam relacionadas a atividades de Docência, Pesquisa e Extensão oriundas DA UNIVERSIDADE.

- Participar na difusão dos conhecimentos que se gerem a partir de ações promovidas pelo presente instrumento.

§ 1. Para a consecução destas ações, propõem:

- A participação mútua em Congressos, Simpósios e Cursos organizados pelas partes.
- O acolhimento de estudantes e estagiários, de acordo com os requisitos de cada instituição.

§ 2. O programa detalhado das atividades de cooperação previstas nesta cláusula será estabelecido, a cada dois anos, pelas autoridades das mencionadas instituições, devendo cada uma das partes designar um representante para coordenar e definir as prioridades entre os campos que seguem:

- Dotar os docentes da UMEIEFBS de referencial teórico básico que enriqueça a UMEIEFBS no tratamento das questões relativas ao seu Projeto Político-Pedagógico de Educação Bilíngue para Surdos, um elemento fundamental para o seu fortalecimento como Unidade de Educação Infantil e Ensino Básico Bilíngue para Surdos.
- Produção de material didático e paradidático a ser utilizado numa perspectiva Bilíngue de Educação de Surdos.
- Consolidar a formação do corpo docente da UMEIEFBS para atuação na perspectiva Bilíngue de Educação de Surdos.
- Possibilitar que docentes e discentes da UNIVERSIDADE considerem a UMEIEFBS como *locus* de produção científica no campo da Educação, Educação Bilíngue para Surdos, Educação do Campo e dos Direitos Humanos.

CLÁUSULA TERCEIRA:





Para alcançar a realização das atividades propostas nas cláusulas anteriores, as instituições comprometem-se em procurar meios financeiros próprios.

§ 1. Eventuais instrumentos de financiamento complementares para o trabalho desenvolvido pela Escola, relativos a Programas institucionais das duas partes serão objeto de um acordo complementar cuja duração dependerá dos editais de fomento dos referidos Programas.

§ 2. As publicações resultantes de trabalhos realizados com apoio deste instrumento, por grupos de pesquisa ou professores de qualquer das partes, deverão mencionar a ajuda recebida através do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA:

O presente instrumento de cooperação tem validade por um período de cinco anos, a partir da data de sua assinatura e poderá prorrogar-se sucessivamente em interesse mútuo. Faculta-se as partes a possibilidade de interromper a sua participação, devendo notificar a outra parte com antecedência mínima de seis meses.

CLÁUSULA QUINTA:

As situações não previstas na presente Carta de Intenções, assim como qualquer dúvida surgida para sua interpretação ou devido ao cumprimento, serão resolvidas por negociação entre as partes.

A presente carta de Intenções será assinada em três vias, ficando um exemplar em poder de cada uma das partes.

Sumé/PB, 30 de março de 2012


Thompson Fernandes Mariz - Reitor da UFCEG


Francisco Duarte da Silva Neto - Prefeito Municipal


Betânia Macedo - Secretária de Educação